

**RECUERDOS IMBORRABLES:** do Golpe ao Exílio, as marcas do Terrorismo de Estado nas memórias dos emigrados argentinos no Rio Grande do Sul.<sup>1</sup>

**LASTING MEMORIES:** from Coup d'Etat to Exile, the scars of State Terrorism in the memories of the Argentine exiles in Rio Grande do Sul.

**RECUERDOS IMBORRABLES:** del Golpe al Exilio, las señales del Terrorismo de Estado en las memorias de los emigrados argentinos en Rio Grande de Sul.

JORGE CHRISTIAN FERNÁNDEZ  
Professor Adjunto, Curso de História,  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.  
[intbrig@yahoo.com.br](mailto:intbrig@yahoo.com.br)

**Resumo:** A Argentina, na década de 1970, foi palco de intensa movimentação social e política, cujo processo culminou no Golpe civil-militar de 1976. O governo *de facto*, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, implantou o Terror de Estado (TDE) plasmando um clima de medo e insegurança onde praticamente o conjunto da população tornava-se potencialmente “subversiva”. A magnitude da violência institucional, dirigida a um nebuloso “inimigo interno”, pode ser exemplificada nas torturas e “desaparições” ocorridas nos “centros de detenção” clandestinos, transformados em autênticos campos de extermínio. E neste contexto crítico, de terror cotidiano e esfacelamento da malha social, uma parte dos cidadãos partiu ao exílio para garantir sua existência. Logo, este artigo tem por objetivo apresentar um panorama da fase mais repressiva e violenta da ditadura argentina (1976-1978), mediante a análise das práticas do TDE e suas sequelas deixadas nas subjetividades daqueles que se exilaram em função daquela conjuntura específica. Para tal aproximação foi utilizada, como fonte privilegiada, as memórias daquele tempo passado, na forma das narrativas (re)elaboradas por antigos emigrados e conjugadas na dinâmica do tempo presente.

**Palavras chave:** Ditadura. Terrorismo de Estado. Argentina. Exílio.

**Abstract:** In the seventies Argentina was a scenario of intense political and social movements whose process ended up with a civilian-military coup in 1976. The dictatorship followed the National Security Doctrine beliefs emanated from the US and it was responsible to install the so-called “State Terrorism” creating a fearsome atmosphere, where the vast majority of people were considered potentially subversive, seen as “enemies of State”. The magnitude of institutional violence, directed to a nebulous “enemy”, may be exemplified by illegal detention, torture and disappearances occurred in dictatorship’s death camps. In this critical context, everyday terror provoked the disintegration of the social tissue and a part of the citizens went into exile to ensure their safety and mere existence. Therefore, this article aims to present a panorama of the more repressive and violent phase of the Argentine dictatorship (1976-1978) by analyzing the practices of state terrorism and its sequels in the subjectivities of those who were exiled in function of that particular juncture. For such approach we used, as a prime source, the memories of former emigrants in the form of oral narratives.

**Keywords:** Dictatorship. State Terrorism. Argentina. Exile.

**Resumen:** Argentina, en década de 1970, fue escenario de intenso movimiento social y político, cuyo proceso culminó en el Golpe civil militar de 1976. El gobierno, de hecho, bajo los preceptos de la Doctrina de Seguridad Nacional, implantó el Terror del Estado (TDE) constituyendo un clima de miedo e inseguridad donde prácticamente el conjunto de la población se hacía potencialmente “subversiva”. La magnitud de la violencia institucional direccionada a un nebuloso “enemigo interno”, puede ser ejemplificada en las torturas y “desapariciones” ocurridas en los “centros de detenciones” clandestinos, transformados en auténticos campos de exterminio. Y en este contexto crítico, de terror

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 15/04/2014 e aprovado para publicação em 21/05/2014.

cotidiano y destrucción de la camada social, una parte de los ciudadanos partió al exilio para garantizar su existencia. Luego, estos artículos se proponen presentar un panorama de la fase más representativa del TDE y sus secuelas puestas en las subjetividades de aquellos que se exilaron en función de aquella coyuntura específica. Para esta cercanía fue utilizada, como fuente privilegiada, las memorias del tiempo pasado, en forma de narrativas (re) elaboradas por antiguos emigrados y conjugadas en la dinámica del tiempo presente.

**Palabras clave:** Dictadura. Terrorismo de Estado. Argentina. Exilio.

*“La subversión no es sólo lo que se ve en la calle. Es también la pelea entre hijos y padres, entre padres y abuelos. No es solamente matar militares. Es también todo tipo de enfrentamiento social.”*  
*General Jorge Rafael Videla, jefe da Junta Militar argentina, abril de 19<sup>2</sup>.*

## **Introdução**

Durante as décadas de 1960 e 1970, a Argentina se tornou um cenário de intensa movimentação social e política, um intrincado e complexo processo histórico cujo eixo passava pelo fracasso dos projetos populistas associado a uma crônica instabilidade institucional do Estado argentino, bem como a um *momentum* de radicalização e polarização político-ideológica da sociedade em geral, no particular contexto da Guerra Fria e da experiência revolucionária cubana. Cabe destacar que a histórica heterogeneidade e facciosismo das classes dominantes argentinas dificultavam a criação de um consenso intra e interclasses (crise de hegemonia) que permitisse manter a formalidade democrática do Estado burguês. Assim, não eram infrequentes as saídas de cunho autoritário para as crises político-institucionais, tais como os movimentos golpistas civil-militares ocorridos em 1930, 1943, 1955 e 1966, os quais exemplificavam bem essa debilidade estrutural das elites. Neste sentido, o Golpe dado em 24 de março de 1976 parecia inserir-se em uma solução de continuidade e “naturalidade” em relação aos golpes de Estado anteriores. Mas com um agravante significativo. Ou seja, os três anos do interregno democrático peronista (1973-1976), um período conturbado, marcado pela emergência e radicalização de projetos reformistas (nacional e popular) e/ou revolucionários, mas também pela radicalização da extrema direita, pelo recrudescimento da violência política de ambos os signos, numa conjuntura de instabilidade política, em meio ao caos econômico e social.

---

<sup>2</sup> Gente, 15/04/1976, s. p. Citado por: DUHALDE, Eduardo Luís. *El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 67.

O paradoxo do Golpe residia no fato de que, apesar da inconstitucionalidade, a Junta Militar afirmava que seus procedimentos respeitariam os parâmetros legais e jurídicos da carta magna. As justificativas esgrimidas pelos setores golpistas centravam-se na questão da “ordem e da segurança social” e isso significava eliminar os “extremismos”. Ou seja, a guerrilha de esquerda e os grupos de extermínio da direita. Para levar adiante tal cometido deveriam destituir a Presidente Maria Estela Martínez de Perón, cujo governo constitucional havia se tornado bastante impopular em função de seus desacertos, especialmente em matéria econômica, e desmoralizado pelos índices elevados de corrupção. Além disso, os golpistas também se propunham reorganizar a economia controlando a inflação, acabando com o tabelamento de preços e salários, o desabastecimento, a recessão e os chamados “vícios corporativos” (herdados do populismo peronista) dos sindicatos verticalistas, em especial aqueles da classe trabalhadora, mas também alguns patronais. Todavia, dessa vez, a utopia golpista pretendia ir muito além, como veremos adiante.

No primeiro momento, uma substancial parte da sociedade “respirou com alívio” e até apoiou a ação militar (especialmente as camadas médias) em virtude de declarar-se cansada da violência política, da insegurança geral e da instabilidade econômica. E, diga-se de passagem, tal quadro caótico era constantemente alimentado (e aumentado) pelo discurso mediático dos grandes grupos de comunicação. O importante é destacar que o golpe teve um importante componente “civil”, onde diversos setores da sociedade, em especial a elite empresarial, os representantes do setor financeiro, os setores agroexportadores e a cúpula eclesiástica incitaram o golpismo dos fardados, colaborando e confabulando previamente com as lideranças militares, o que reforça o caráter de classe do movimento golpista. Todavia, a aliança mais orgânica era representada na associação direta entre os militares e os setores empresariais monopolistas vinculados às multinacionais. Essa sociedade entre o capital e as armas implicou em uma “divisão social do trabalho”, na qual foram atribuídas áreas de atuação de acordo com as funções específicas de cada grupo. Ao setor empresarial-financeiro coube reorganizar a economia de acordo com a cartilha neoliberal, aprofundando a economia de mercado e eliminando qualquer vestígio do Estado de bem-estar social argentino. Para tais incumbências, o novo governo contou também com substancial apoio financeiro externo, o qual havia sido negado ao governo anterior<sup>3</sup>. Enquanto isso, o “sócio” militar se encarregaria

---

<sup>3</sup> Uma vez consolidado o golpe, a novíssima junta militar recebeu mensagens de júbilo do Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, acompanhadas por concessões de créditos milionários vindos do Fundo Monetário Internacional. PIGNA, Felipe. *Lo pasado, pensado*. BsAs.: Planeta, 2006, p. 309.

de promover a “ordem e a segurança” que o mercado necessitava, eliminando aquele ente de contornos pouco definidos que os militares denominavam *subversão*.

#### **A Subversão e a implantação do Terrorismo de Estado<sup>4</sup>**

Para os militares argentinos, o termo *subversão* possuía um caráter polissêmico e hierarquizado. Primeiramente, o termo aludia aos grupos armados de esquerda revolucionária<sup>5</sup>, mas posteriormente o conceito foi englobando paulatinamente outros setores dissidentes, e até mesmo aqueles “não entusiastas” do regime instaurado. De acordo com um esquema diagramado pelos militares para classificar o “grau de periculosidade da subversão” destacavam-se, em primeiro lugar, os *combatentes* ou guerrilheiros, secundados de perto pelos *ideólogos*, todos aqueles que seriam responsáveis por instigar idéias alheias ao “pensamento cristão e ocidental” e, por fim, uma extensa gama de *colaboradores* e *simpatizantes*. Mas para eliminar os *combatentes*, uma minoria que atuava na guerrilha urbana ou rural, os militares decidiram “drenar a água para capturar os peixes”, desconstruindo na práxis a máxima teórica de Mao Tse Tung, a qual afirma que “a guerrilha deve se mover no seio do povo como um peixe no meio do oceano”. Dessa forma, a *subversão* se tornou um conceito suficientemente flexível e modelável para permitir sua aplicabilidade a uma parcela da população que, em sua maioria, estava vinculada a um tipo de militância política, estudantil, classista ou social, não armada e legalmente visível, ao contrário da clandestinidade dos grupos guerrilheiros. Isso facilitou a tarefa repressiva dos militares, já que, como afirmam Novaro e Palermo:

<sup>4</sup> Entendemos por *Terrorismo de Estado* ou *Estado Terrorista*, quando um Estado de Direito viola os próprios limites do seu poder coercitivo imposto pelas leis vigentes e passa a exercer diversas formas de violência institucional e mecanismos de terror (físico, psicológico, etc.). O objetivo é eliminar e desarticular setores sociais contestatários (“o inimigo interno”), mas também desmobilizar e atomizar o conjunto da sociedade para assim poder exercer um vasto controle social e facilitando, inclusive, a cooptação de determinados grupos em apoio ao seu projeto de poder hegemônico. No Cone Sul da América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980, o TDE foi aplicado em diversas modalidades e graus de intensidade, com particularidades de acordo com cada país. Ao longo do texto, o TDE e seus mecanismos serão abordados mais detalhadamente. Para uma discussão sobre o TDE ver: ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n° 39, dic. 1979; AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004; BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EE.UU.* Navarra: Txalaparta, 1990; TAPIA VALDÉS, Jorge A. *El Terrorismo de Estado - La Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980; e DUHALDE, Eduardo L., op. cit..

<sup>5</sup> Dentre os grupos guerrilheiros destacavam-se o marxista *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e os *Montoneros*. Entre ambos podem ter atingido em torno de 2.000 ou 3.000 combatentes e talvez uns 50.000 simpatizantes. Os *Montoneros* eram o grupo mais numeroso e que, em determinado momento histórico, contou com forte apelo popular em virtude da sua origem peronista. .NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La Dictadura Militar 1976/1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 74.

(...) los militares, que no veían una substancial diferencia entre guerrilleros armados y simpatizantes o militantes desarmados les resultaría más fácil arrojar sus redes sobre los segundos para eliminar a los primeros y a su periferia, siguiendo el método. infalible que encadenaba el secuestro, la tortura y la delación, conducente a nuevos secuestros<sup>6</sup>.

Aos poucos, a construção do perfil do “inimigo interno”, mediante a extrapolação do conceito de *subversão*, foi sendo ampliada até chegar ao paroxismo do absurdo. Logo, em uma dimensão muito ampla, qualquer opinião, questionamento ou pensamento que destoasse do único discurso possível, o do regime, era considerado ameaçador aos princípios da sociedade “cristã e ocidental” e, portanto, poderia ser enquadrado naquilo que se entendia como sendo um *ato subversivo*. E, como pondera Duhalde<sup>7</sup>, criminalizar a opinião e torná-la parte de um conjunto de práticas consideradas subversivas equivalia a condenar à morte aqueles que a esgrimissem; uma lógica perversa que explicaria a horizontalidade da repressão e o saldo de 30.000<sup>8</sup> desaparecidos na Argentina. Para o regime, o *subversivo* deveria ser *aniquilado*, um termo utilizado profusamente em documentos oficiais, sem eufemismos de nenhuma espécie. Ao se referirem à *subversão*, os militares empregavam metáforas desumanizadoras do inimigo e que já indicavam que a intervenção na sociedade deveria ser tão incisiva quanto radical. Assim, não causa estranheza que nessa lógica de guerra ideológica total, “acima do bem e do mal” como dissera o almirante Emilio Massera, qualquer meio fosse justificado para exterminar o inimigo. Os militares consideravam que a guerrilha, encoberta pela ilegalidade, capaz de ocultar-se e passar despercebida entre a população, estava em vantagem operacional frente às Forças Armadas. Logo, a situação ideal de combate deveria ocorrer num plano semelhante, onde as Forças Armadas pudessem também operar de forma encoberta. Nesse sentido, os militares consideravam as leis e os regulamentos de um Estado de direito como um entrave ao sucesso das operações bélicas. Por um lado, os fracassos na repressão à guerrilha entre 1970 e 1972, que fora essencialmente baseada na ação policial, e a anistia concedida aos guerrilheiros pelo Presidente eleito Hector Cámpora, em 1973, pelo outro, serviram de reforço para a escolha metodológica da “guerra suja”, em detrimento de uma luta travada dentro da legalidade; ainda por cima referendada pela experiência de um “laboratório” de guerra contra-insurgente bem sucedido, o *Operativo Independência*, que aniquilou o foco rural do ERP em Tucumán, durante 1975. Ou seja,

<sup>6</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 77-78.

<sup>7</sup> DUHALDE, Eduardo, L. op. cit., p. 66.

<sup>8</sup> A comissão que em 1984 investigou os desaparecimentos, publicados no relatório *Nunca más* indicou um número de 9.640 pessoas destacando que poderiam existir muitos casos não denunciados. Os organismos de direitos humanos sustentam a cifra de 30.000 vítimas.

embora contassem com todos os recursos legais e o aparato do Estado para combater a *subversão*, os militares preferiram a utilização de um sistema ilegal especialmente gerado para a guerra interna.

O paradigma utilizado pelos militares argentinos era o da *contra-insurgência*, seguindo a escola francesa e norte-americana, cujos métodos brutais já haviam sido testados nas guerras da Argélia e no Vietnã. A partir deste aprendizado, a Junta Militar montou um aperfeiçoado aparelho de inteligência e repressão nunca antes visto na Argentina e funcionando paralelo ao Estado, sob comando do executivo; entretanto, fora de qualquer controle de tipo legal. Uma parte desse aparelho provinha dos grupos de repressão clandestinos preexistentes, como a Tríplice A, grupo parapolicial que foi incorporado e absorvido pela nova estrutura orgânica. O aparato repressivo ilegal era uma complexa e intrincada estrutura baseada nos princípios hierárquicos e verticais das Forças Armadas, cuja entidade era comandada e principalmente composta por militares das três Armas. Mas também integravam o organograma da repressão pessoal oriundo das forças auxiliares, como as guardas de fronteira terrestre e naval, *Gendarmeria* e *Prefectura Naval*, respectivamente, e integrantes da Polícia Federal argentina, das diversas polícias provinciais e inclusive houve participação de funcionários civis do Estado, além de indivíduos particulares, geralmente vinculados a grupos de extrema-direita.

Nesse ínterim, tanto ERP quanto *Montoneros*, apesar das suas nuances ideológicas, fizeram uma leitura equivocada do golpe. Ambas as organizações guerrilheiras pensavam que a repressão aumentaria inicialmente, mas dentro dos parâmetros conhecidos tendo em base a ditadura de 1966-1972. Acreditavam inclusive que devido à natureza da instituição militar, a repressão seria legalizada e o enfrentamento procurado pelos militares seria de tipo aberto, entre aparatos militares, frente ao qual a guerrilha deveria recuar estrategicamente para poder preservar seus quadros e depois passar a contra-ofensiva. O que houve é que as organizações armadas não perceberam o próprio isolamento em relação com a população e o seu esquemático dogmatismo ideológico os levou a ponderar que não haveria base de apoio social ao golpe, antes pelo contrário: o golpe aumentaria o nível de violência repressiva o que acirraria as contradições entre as elites e os setores populares, assim como legitimaria novamente a ação militar da guerrilha, até então desgastada pelo seu enfrentamento com um governo *de jure*, democrático e com uma base de apoio nada desprezível, a massa popular peronista. Para o ERP, o fim da “democracia burguesa” sinalizava um verdadeiro avanço para a revolução socialista:

El golpe carece de apoyo social significativo y lejos de unificar a la burguesía acentuará sus divisiones. (...) El paso dado por los militares, clausura definitivamente toda posibilidad electoral y democrática y da comienzo a un proceso de guerra civil abierta que significa un salto cualitativo en el desarrollo de nuestra guerra revolucionaria<sup>9</sup>.

Segundo Gillespie, os *Montoneros* pretendiam empregar frente ao golpe uma estratégia de “defesa ativa”, que se traduzia em deter o avanço inimigo mediante ataques relâmpago contra pessoas e instalações chave do inimigo, o que demonstraria a vulnerabilidade do inimigo e serviria de estímulo para que as massas populares, reorganizadas, passassem a resistência e, daí a insurreição<sup>10</sup>. No entanto, a resposta das Forças Armadas foi exatamente o oposto do esperado e a repressão ilegal em grande escala semeou o terror e dissolveu qualquer possibilidade de resistência sistemática.

Bruno, uma de nossas testemunhas<sup>11</sup>, que nessa época ainda militava com *Montoneros*, descreve metaforicamente a repressão como uma “avalanche”, algo humanamente impossível de ser contido. Seu depoimento revela a impotência frente a um inimigo infinitamente superior em termos bélicos e a dificuldade de gerar respostas efetivas frente à ação de um inimigo que decidiu mudar as regras do jogo militar, o que levou a uma debandada desordenada da guerrilha. Enquanto isso, nesse cenário caótico, manchado com o sangue de colegas e amigos e impregnado com o odor de medo dos fugitivos, o terror se infiltrava e se internalizava nas pessoas:

Ahí los Montoneros declararon la guerra, pero era una guerra declarada a la desesperada, porque había 10.000 combatientes en pie [sic], pero estábamos fragmentados, infiltrados y ahí empezó el sálvese quien pueda. (...) yo mantuve la militancia hasta mediados del '76, hasta abril-mayo del '76, cuando vi la avalancha que se venía, me abrí. Además, porque nosotros formábamos una célula universitaria con... Se me borraron los nombres de esa época, hasta para protegerme y protegerlos... y el muchacho que dirigía nuestra célula y era el puente con el grupo de logística de Montoneros: lo mataron en el Obelisco. Y nosotros quedamos

<sup>9</sup> Editorial de El Combatiente (órgão oficial do ERP): *Argentinos a las Armas*, 30/03/1976. In: ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. *La voluntad. Una historia de la militancia revolucionaria en Argentina*. V Tomos, Buenos Aires: Booket, 2006, Tomo 5, p. 41.

<sup>10</sup> GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998, p. 283.

<sup>11</sup> É importante destacar que a maioria dos testemunhos que constam na Tese de Doutorado original do autor e, por extensão neste artigo, somente foram concedidos sob a garantia de preservação da identidade dos entrevistados. As reservas alegadas pelos entrevistados, quanto ao fato de ter o seu nome divulgado na tese, foram de índole diversa. Porém, de um modo geral, estavam especialmente relacionadas com temores subjacentes despertados pela temática relacionada com a passada ditadura civil-militar argentina. Ou seja, falar sobre temas que envolvam fatos ocorridos durante o recente período ditatorial do país vizinho, ainda é sensível e até temerário aos olhos de muitas pessoas. Interpretamos isto como a permanência dos efeitos, reflexos irradiados e abrangência das práticas do TDE instituído entre 1976-1983 e que atingiu de um modo horizontal o conjunto da população argentina, incluindo-se também até aqueles que residiam no exterior. Já em termos metodológicos, consideramos que o anonimato também permitiu aos entrevistados uma maior liberdade de expressão, aliado a uma sensação de proteção, um fator que certamente favoreceu a interação e a distensão numa relação costumeiramente tensa, entre entrevistado e entrevistador.

desconectados y nadie se atrevía a hacer una conexión porque no se sabía si se iba a conectar con un infiltrado o no. Nuestro grupo se dispersó: (Uma companheira) se fue a Lima (Um casal de companheiros) se fueron a México. (...) Empezó la dispersión y el exilio. Y ahí era agarrar las pilchas y tomárselas, ¿no? El que no lo hizo, murió (Informação Verbal)<sup>12</sup>.

Para Bruno (mas também para muitos outros), o contexto parecia equacionar apenas duas possibilidades diametralmente opostas: ficar e morrer ou fugir e viver. Ele optou pela segunda. Dessa forma, o exílio passou a ser a opção principal para milhares de argentinos que fugiam do terror, além de devir um mecanismo constituinte do terrorismo de Estado.

### **Memórias do Golpe e do Terror**

Embora não seja objeto deste trabalho fazer uma discussão teórico-metodológica a respeito do valor das fontes orais na História é importante fazer algumas pontuações a respeito do uso das mesmas no trabalho histórico. A riqueza das fontes orais reside na sua subjetividade. E é essa subjetividade que se constitui como mais um objeto de estudo do historiador, como afirma Verena Alberti<sup>13</sup>. Neste sentido, são as entrevistas que nos permitem captar impressões, sentimentos ou significados sobre as experiências do passado, aquilo que Pierre Vilar denominou como “ambiente”<sup>14</sup>. São elementos dificilmente palpáveis ou quantificáveis, mas nem por isso são abstratos, pois são produtos de uma multiplicidade de acontecimentos e experiências reais e resultantes de uma complexa rede que interliga conflitos pessoais, sociais, políticos e culturais, dentre outros. Além disso, a somatória de narrativas, cada uma delas singular e não repetível possibilita-nos a construção de um rico e detalhado mosaico histórico, onde cada narrativa individual nos oferece, através do prisma do narrador, uma visão particular do passado, mesmo que seja mediada e construída em função do presente.

De modo geral, o Golpe de 1976 (e o período que lhe segue) foi rememorado como um evento negativo, quando não traumático e trágico, por nossos entrevistados. Alguns deles assistiram o evento a distancia, desde o Brasil. Mesmo assim acompanhavam a situação pelas notícias da imprensa e por informações que recebiam diretamente de parentes e amigos na Argentina. Alguns, antes envolvidos com questões políticas, haviam vivenciado na própria

<sup>12</sup> Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

<sup>13</sup> ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKI, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 163.

<sup>14</sup> VILAR, Pierre apud FRASER, Ronald. “Reflexiones sobre la Historia Oral y su Metodología en relación con la Guerra Civil Española.” In: BROUÉ, Pierre; FRASER, Ronald; VILAR, Pierre. *Metodología Histórica de la Guerra y Revolución Españolas*. Barcelona: Fontamara, 1980, p.51.



carne a repressão e tiveram a sorte de poder fugir. Já outros presenciaram o momento como cidadãos comuns, espectadores de uma violência crescente a qual muitos preferiam ignorar, a pesar das evidências. Pelo menos até o momento em que esta não os atingisse de forma mais direta. Na maioria dos depoimentos também encontramos, em maior ou menor grau e de acordo com a experiência de vida de cada um, a marca indelével das práticas de terror implantadas pelo Estado argentino: o medo generalizado, a incerteza, a vulnerabilidade e o desamparo.

Pelo relato de Gabriel, militante social junto aos padres terceiro-mundistas, podemos perceber claramente o cerco e o avanço sistemático da violência do Estado, em primeiro lugar, sobre aqueles setores política e socialmente mobilizados da população:

Estábamos 3 hermanos viviendo en Chamental medio refugiados internos, en el país. Viniendo de Córdoba, que era uno de los lugares mas peligrosos. (...) Ya en febrero, antes del golpe, me habían detenido junto a un grupo de amigos... En el '76, en julio, los asesinaron a los curitas de este pueblito, Chamental, entonces ahí nos quedamos preocupados cuando lo mataron a un laico que se dedicaba a las cooperativas de trabajo y yo estaba metido en eso, en la organización de esas cooperativas de trabajo de este pueblo. Y luego lo matan a Angelelli. (...) Claro, cuando la represión llega a Chamental ya vemos que no hay para mantenerse acá y nos vamos, ¿no? *Bueno, en agosto nos fuimos de Chamental y nos fuimos a Buenos Aires y después nos fuimos en ómnibus a Brasil* (Informação Verbal)<sup>15</sup>.

No depoimento de Gabriel também deve ser destacada a presença de um artifício tentado por muitos na esperança de poder passar incólumes pela repressão, o refugio interior, ou *inxilio*. Contudo, à medida que este recuo tático (geralmente aliado ao abandono ou diminuição do ritmo de militância) se revelava insuficiente perante a intensidade e alcance da violência estatal, a única saída possível parecia ser o exterior. Finalmente, na sua fala percebe-se o quão abrangente eram os parâmetros utilizados pelos militares para enquadrar alguém como “subversivo”, o que sobre-passava a questão política, indo além da dissidência e incluía até mesmo uma questão geracional: *Claro, el pensar diferente, hasta ser joven, el tener consciencia social y el tener una mínima actividad ya implicaba en “peligro” para esa gente que estaba en el poder*<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> O depoente refere-se às mortes dos padres franceses Gabriel José Longueville e Carlos de Dios Murias. Seus corpos baleados foram encontrados na região de El Chañar, horas após ser seqüestrados por um grupo identificado como sendo da polícia, em 21 de julho de 1976. Dias após, o Bispo de La Rioja, Monsenhor Enrique Angelelli sofreu um acidente automobilístico que ceifou sua vida. O “acidente” teria sido um assassinato forjado por agentes da ditadura civil-militar. Angelelli morreu justamente quando se dirigia a mesma localidade com a finalidade de investigar as mortes dos seus sacerdotes. DUHALDE, Eduardo, L., op. cit., p, 372. Entrevista telefônica com Gabriel Martinez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

<sup>16</sup> Entrevista telefônica com Gabriel Martinez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

Já Francisco não tinha militância política. Mas ele também estava apreensivo com situação argentina e viera ao Brasil, a título de experiência, apenas dois meses antes do golpe. Com os militares no poder, ele acrescentou a sua lista mais um motivo para permanecer aqui no Brasil:

(...) en el fondo la cosa (...) empeoró porque hubo la revolución, eh...el golpe militar. Y entonces en Argentina comenzó todas aquellas persecuciones... yo no tenía problemas políticos porque nunca hice nada en política, por lo tanto no había problema, pero esa sensación de inseguridad... los parientes me decían: “no volváis que esto es un caos, la gente desaparece en el medio de la noche...” (Informação Verbal)<sup>17</sup>.

Note-se que o entrevistado inicialmente confundiu “revolução” com “golpe”, o que se traduziria numa manifestação inconsciente da percepção de uma solução de continuidade entre a “Revolução Argentina” de 1966, (cuja intolerância o entrevistado conheceu de perto, nos tempos de faculdade) e o Processo de 1976, que observou à distância. Segundo Novaro e Palermo, o que existia na Argentina de então era um costume já arraigado de aceitar normalmente a alternância de governos civis e governos militares, com o qual impediu que se percebesse que o regime implantado em 1976 possuía um caráter messiânico e recriador da sociedade, de cunho diametralmente diferentes das anteriores experiências autoritárias<sup>18</sup>. Por outra parte, observa-se na fala do depoente a reprodução de um discurso típico da época: (...) *nunca hice nada en política, por lo tanto no había problema, pero esa sensación de inseguridad*. Hoje, este discurso é um reflexo de um momento histórico no qual as pessoas tentavam se convencer a si mesmas de que ao assumir uma posição desvinculada da política lhes garantiria, hipoteticamente, a sua integridade frente à imprevisibilidade da repressão. Eis o que explicam Novaro e Palermo sobre estes mecanismos sociais de defesa:

La modalidad represiva facilitó una interpretación que, en esencia, lo que hacía era acotar la “condición subversiva”, permitiendo resolver la incertidumbre respecto si el castigo podía caer sobre cualquiera. Este es uno de los sentidos de la tristemente célebre expresión “por algo será”: los individuos imaginan que la selectividad de la represión establece un corte, y que ellos quedan afuera del círculo de sangre. Para los mínimamente politizados y mas o menos perspicaces funcionó algo así como una incongruencia radical: entre la tranquilidad derivada de la interpretación “no soy un subversivo, ergo, a mi no va a pasar nada” y la vaga sospecha de que los militares aplicaban una noción de “condición subversiva”, por la que a cualquier opositor potencial le podía pasar algo, aunque no fuera muy probable. (...) “No es con nosotros” es la fórmula que sintetiza un modo de tomar distancia del temor<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

<sup>18</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 130.

<sup>19</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 133.

Neste outro relato dado por uma entrevistada que também não tinha militância política, evidencia-se que a percepção do ambiente de medo vivido por então já atingia colateralmente o cotidiano das pessoas “comuns”, ou seja, aquelas que não estavam envolvidas com disputas políticas. Vejamos o seguinte testemunho, de uma dona-de-casa:

yo una vez fui a Buenos Aires porque tenia que hacer unos trámites (...) y me acuerdo que fui por la calle Belgrano y iba caminando para tomar el micro, ya venia de regreso para Bernal, y cuando hago una cuadra, cuando llego (...) a la otra esquina, donde yo había pasado...¡boom! ¡Una bomba! Era una casa, un comercio, no sé que...y vos decís, dos minutos antes que hubiera pasado por ahí... ¿me revientan? Ese era el clima, total inseguridad. (Informação Verbal)<sup>20</sup>.

Ou seja, o que antes poderia acontecer aos “outros”, agora poderia também acontecer a “si”, a violência era incerta e imprevisível. Por sua parte, a irrupção do terror generalizado significou uma ruptura na vida cotidiana das pessoas. Neste sentido, desestruturou aquele conjunto de normas e práticas sociais entendidas como normalidade ou naturalidade, invertendo, introduzindo ou reformulando sentimentos, práticas e imaginários que passaram a suplantar aquilo que antes se entendia por “normal”. Segundo Caviglia<sup>21</sup>, esse cotidiano do terror começou a gestar-se muito antes do Golpe de 1976 e, obviamente, não foi uma exclusividade da ditadura civil-militar. Isso quer dizer que práticas, sentimentos e discursos imbricados com a experiência do terror já apareciam inseridos com naturalidade anteriormente e que já estavam de certa forma sendo incorporadas à vida diária “normal” das pessoas “normais”. Em alguns casos isso levaria a uma espécie de anestesia social e a uma sensação de indiferença frente ao que ocorria, o que também operaria de modo funcional a banalização do terror.

Ou seja, cada vez mais a violência aplicada verticalmente pelo Estado se irradiava também horizontalmente, contagiando pessoa a pessoa, e ia abrangendo e contaminando o tecido social em função da apreciação difusa e subjetiva do “inimigo” por parte da ditadura civil-militar. Isto gerou uma “cultura do medo”<sup>22</sup>, condição e efeito do regime ditatorial que buscava implantar uma nova ordem normativa para remodelar e enquadrar a sociedade dentro dos preceitos e valores do(s) grupo(s) no poder. As pessoas, à procura de um refúgio frente a um terror de características imprevisíveis (pelo desconhecimento ou nebulosidade das regras e da lógica repressiva implantada pelo Estado), sentiam-se cada vez mais isoladas e

<sup>20</sup> Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

<sup>21</sup> CAVIGLIA, Mariana. *Dictadura, vida cotidiana y clases medias. Una sociedad fracturada*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 60 e 83.

<sup>22</sup> VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002, p. 50-52.

desconfiadas umas em relação às outras passando a evitar os âmbitos de convivência coletiva e se retrair ao foro privado, aos redutos íntimos, restringindo os laços de solidariedade e instituindo o predomínio do “egoísmo social”, que se resumia em “cada um cuidar da sua própria vida” e evitar olhar para o problema do próximo. Isso também funcionava como uma espécie de manobra de defesa que pretendia sinalizar para a ditadura civil-militar que a violência Estatal deveria ser dirigida não para si, mas sim para os “outros”, os “subversivos”, símbolos daqueles que não se inseriam naquilo que se considerava socialmente aceito como “normal”. Evidente que tudo isso se constituiu em uma forma de colaboracionismo, em alguns casos, inconsciente. Não tanto por adesão ao regime, mas por medo, para dirimir as dúvidas quanto à idoneidade dessa pessoa em relação ao regime. Como assinala Romero:

Lo más notable, sin embargo, fue una suerte de asunción e internalización de la acción estatal, traducida en el propio control, en la autocensura, en la vigilancia del vecino. La sociedad se patrulló a si misma, se llenó de “kapos”, ha escrito Guillermo O’Donnell, asombrado por un conjunto de prácticas que – desde la familia a la vestimenta o las creencias – revelaban lo profundamente arraigado que en ella estaba el autoritarismo que el discurso estatal potenciaba<sup>23</sup>.

A ação combinada de todo este conjunto de elementos resultavam em um estado de inoperância ou desmantelamento das redes sociais, o que era essencial para cumprir com os objetivos estratégicos do TDE. Com isso, se aniquilava qualquer possibilidade de resistência e mobilização popular frente ao projeto político e econômico das classes dominantes, que se utilizavam do TDE como instrumento de disciplinamento e normatização da malha social, especialmente dos setores combativos e oposicionistas, como a classe trabalhadora e os setores juvenis. Da mesma forma, se eliminaram quaisquer propostas políticas ou projetos progressistas visando quaisquer mudanças na base social. Além disso, pelos mecanismos do TDE também se dava a desestruturação e sucateamento do modelo de Estado de bem-estar social, assim como se eliminava a sua matriz política, de vertente populista, para ser substituído pelo novo modelo político e econômico, concentrador de renda e excludente. Desta vez, os militares iam muito além da tradicional intervenção político-institucional do exército na cambaleante democracia argentina: em 1976, eles ambicionavam reedificar a Argentina a sua imagem e semelhança transformando o país em um gigantesco quartel e, como tal, ordenado, submisso e cegamente obediente.

### **A Máquina do Estado Terrorista em Ação**

---

<sup>23</sup>ROMERO, Luis A. *Breve história contemporânea de la Argentina: 1916-1999*. BsAs: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 211.

O funcionamento do aparelho repressivo ditatorial dependia de planejamento e organização estratégica por parte do comando militar, o qual determinava cada *alvo* (indivíduo) a ser atingido. A partir da identificação, os serviços de inteligência investigavam a localização do indivíduo para proceder ao sequestro. Isso poderia levar algum tempo no caso de guerrilheiros e militantes na clandestinidade, mas no caso de pessoas em situação legal, não era muito difícil: bastava recorrer aos arquivos policiais, já que cada argentino deveria registrar o seu domicílio legal e toda mudança de endereço na polícia. O sequestro ocorria geralmente à noite e se dava na residência onde se encontrava a vítima, mas também podia ocorrer a plena luz do dia, em um local de trabalho ou até mesmo na rua.

Um depoente, José V., militante do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST), esteve muito próximo de ser capturado pelos grupos de tarefas da repressão. Mesmo não pregando a luta armada, com o golpe, o seu partido foi incluído na lista dos proscritos passando sua militância a atuar na clandestinidade e ser perseguida. O entrevistado relatou que aos poucos, diversos colegas seus foram caindo nas mãos da repressão: (...) *eran cada vez más compañeros que no venían a las citas*. (Informação Verbal)<sup>24</sup> A cada “queda” a consigna era “levantar a casa”; ou seja, recolher todos os pertences possíveis e encontrar outro lugar, por medida de segurança. Muitas vezes, mais por precaução que por perigo real ou iminente. Porém, um dia:

Tocó el “interfone” y (...) preguntan por el nombre de ella (sua companheira) y por el apellido de ella. Cosa que era imposible porque el departamento estaba alquilado a mi nombre (...) le digo: ¡vamos a levantar todo! Entonces conversamos con la madre de ella que teníamos que irnos, al interior, o al exterior. (Informação Verbal)<sup>25</sup>.

Após passar umas duas semanas vivendo em casa de amigos, parentes e hotéis ele e sua companheira receberam a notícia, por um vizinho, de que o apartamento tinha sido invadido por forças de segurança. Mas, eles haviam chegado tarde, pois até a mudança já havia sido feita. Contudo, isso significava que o perigo era real.

De um modo geral, as equipes encarregadas dos sequestros dos supostos “subversivos” combinavam anonimato com ostentação: policiais e militares à paisana ou sem uniforme identificável, algumas vezes, encapuzados. Eram comumente vistos em automóveis sem placas (como os célebres *Ford Falcon*) e, algumas vezes, também participavam das operações viaturas militares, portando armamento de guerra à vista, e até mesmo helicópteros.

---

<sup>24</sup> Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

<sup>25</sup> Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

Assim, o poderio militar empregado e a magnitude da violência aplicada, quase sempre desmedida e desnecessária para os objetivos, imobilizavam vítimas e espectadores.<sup>26</sup> Frequentemente, os *grupos de tareas*, como eram denominados estes grupos comando, tinham de operar em outra jurisdição e, graças à colaboração repressiva transnacional até mesmo operariam em outros países. Para evitar problemas e encontros acidentais (fogo amigo), as autoridades policiais e militares da região onde ocorreria o sequestro eram avisadas previamente. No jargão militar, o lugar onde deveria se desenvolver a operação devia ser “área liberada”. Desinformação, intimidação e ameaças diretas aos familiares ou vizinhos, testemunhas do fato, completavam o cenário de terror das ações encobertas. Não poucas vezes as famílias se tornavam reféns dos comandos até a chegada do *alvo*.

A detenção da vítima seguia-se o saque de todos os seus bens materiais, como imóveis, veículos, dinheiro, jóias, móveis, eletrodomésticos, livros. Enfim, o que houvesse de valor ou pudesse ser aproveitado. Esse mecanismo de apropriação indébita foi sendo aperfeiçoado, chegando alguns militares ao extremo de constituir empresas para vender o fruto do “botim de guerra”. É necessário destacar que em muitos casos o “botim” incluiu seres humanos: filhos menores de idade das vítimas ou bebês nascidos de mães em cativeiro. Sem dúvida, o sequestro das crianças é um dos aspectos mais aberrantes das práticas do TDE argentino. Para Duhalde, este crime de lesa humanidade tinha alguns objetivos relacionados com a matriz ideológica e a metodologia do TDE. Assim, a captura das crianças possuía um aspecto funcional e rentável: servia para gerar medo na população e, mais especificamente, como uma forma de vingança contra os membros da família que se pretendia atingir. Do ponto de vista das abjetas táticas de contra-insurgência, as crianças poderiam converter-se em alvo dos interrogatórios e servir especialmente para alquebrar a resistência dos pais:

En el caso de los militantes políticos opositores a la dictadura militar, aún aquellos más decididos en correr los mayores riesgos personales, la posibilidad que sus hijos pequeños caigan en manos de los torturadores y padezcan inenarrables vejámenes y sufrimientos es altamente desestabilizadora, e incluso, puede llegar a ser paralizante. Por ello los oficiales operativos tenían instrucciones de secuestrar a los niños; en múltiples casos no lo hicieron, abandonándolos o entregándoselos a los vecinos: hasta para muchos de estos criminales, secuestrar niños superaba lo posible<sup>27</sup>.

De fato, o terror em pensar o que poderia ocorrer com os filhos era uma preocupação constante daqueles perseguidos, quase uma tortura antecipada. Carlos, emocionado ao lembrar, nos contou as precauções tomadas por ele e sua esposa com

<sup>26</sup> CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales). *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires, ¿Mayo-Junio 1982?, p.6.

<sup>27</sup> DUHALDE, Eduardo, L. op. cit., p. 341.

respeito a seu filho pequeno. O seu depoimento ilustra como se desenvolviam estratégias de sobrevivência aprendidas naqueles tempos de indizíveis pesadelos: “Mi hijo, al año, cuando caminó, una de las primeras cosas que le enseñamos a hacer fue a abrir la heladera, sacar la leche y tener la leche siempre abajo... porque estos hijos de puta te levantaban a la gente y dejaban a los chicos encerrados...” (Informação Verbal)<sup>28</sup>.

Porém, os militares também poderiam se aproveitar economicamente dessas crianças como botim vendendo-as aos estrangeiros; ou então, dentro de uma ótica salvacionista, os bebês “filhos de subversivos” seriam “salvos” de uma futura educação “marxista” e entregues para adoção, para ser formados em lares alinhados com a ideologia castrense. Ou seja, geralmente acabavam apropriados por famílias de militares, quando não pelos próprios seqüestradores dos pais dessas crianças. Enquanto isso, o sequestrado era então levado até um dos centros clandestinos de detenção, onde se iniciava um período obrigatório e sistemático de tortura. A tortura era um procedimento usual e planejado, um protocolo que combinava tecnologia avançada e sadismo para atingir seus objetivos. Ela podia ser física: quando a violência era aplicada diretamente ao corpo da vítima, como afogamentos, choques elétricos, violência sexual e espancamentos, e também podemos incluir aqui a privação sensorial, a desorientação espaço-temporal e a fome administrada. Mas também se aplicavam torturas de tipo psicológico, mediante a utilização de ameaças verbais, humilhações diversas, coações, chantagens, simulacros de execução ou, um dos métodos considerados mais eficientes, obrigando à vítima a assistir ou ouvir seus parentes e amigos sendo torturados. Independentemente das modalidades escolhidas pelos repressores, a tortura era parte inalienável dos procedimentos de interrogatório para obter informações, para alimentar a produção dos serviços de inteligência, mas que também servia para alquebrar a resistência física, psicológica, moral e emocional da vítima, a qual, isolada em seu desamparo e humilhação, tinha certeza de que ninguém, naquele momento, poderia interceder a seu favor. Muitos não resistiram e morreram nas mãos dos torcionários, enquanto alguns sobreviventes cometeriam suicídio, dada a incapacidade subjetiva de alguns poder viver com as sequelas ou tornar inteligível essa terrível experiência, a fim de poder compreendê-la.

Os sequestrados permaneciam detidos por tempo indeterminado nos centros de detenção clandestinos. Esses verdadeiros campos de concentração eram geralmente dependências dentro de unidades militares ou policiais legais. Ou seja, os locais onde se torturavam e matavam aqueles considerados “subversivos”. De acordo com Novaro e

---

<sup>28</sup> Entrevista com Carlos Claret realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

Palermo, no auge da escalada repressiva se estima em 340 o número de Centros Clandestinos de Detenção (CCD) em todo o país, divididos entre as três Armas e forças auxiliares.<sup>29</sup> Alguns se tornaram internacional e tristemente célebres, tais como a *Escuela de Mecanica de la Armada* (ESMA), o *Campo de Mayo*, *El Olimpo* e *Automotores Orletti*. Além das torturas e violações dos mais elementares direitos humanos, completavam o quadro de degradação geral das vítimas as abjetas condições do cativeiro: maus tratos, péssima alimentação e inúmeras doenças, fruto da absoluto descaso com a higiene e a completa ausência de cuidados médicos.

Uma vez em poder do aparelho repressivo e após um exame minucioso da sua ficha por parte do comando, a vítima podia seguir três caminhos: se considerado de “baixa periculosidade” ou se “inocente” (no caso de um engano) podia ser liberado. Se considerado com possibilidades de “recuperação”, o indivíduo podia ser colocado à disposição da Justiça e legalizado. Em ambos os casos, todavia, a vítima era ameaçada e advertida no sentido de silenciar os tormentos sofridos, caso contrário uma segunda vez poderia ser pior. No entanto, caso a vítima fosse considerada um elemento “perigoso” para a Segurança Nacional, a pessoa era encaminhada para o *translado*. Nada mais era que um eufemismo para a execução sumária e posterior ocultação do cadáver. No início, os corpos apareciam nas ruas como “mortos em enfrentamentos” com as autoridades, o que também servia para aumentar o nível de terror da sociedade. Aos poucos, com o aumento do número de vítimas, os militares passaram a incinerar ou dinamitar os corpos, enterrá-los em cemitérios clandestinos, ou então a jogá-los ainda vivos, mas dopados para evitar resistência, de aviões no Rio da Prata. Surge a imagem do *desaparecido*. A ocultação dos corpos seguia um preceito jurídico usado de forma espúria: sem corpo não há crime. Portanto, era a base para a negação das execuções por parte do governo, não podendo haver imputação legal por conta do desaparecimento. A situação beirava a esquizofrenia. Se por um lado o caráter secreto das operações obviamente procurava esconder a dimensão do que estava ocorrendo tanto para a sociedade civil quanto para o exterior, procurando evitar a imagem negativa do país (como havia ocorrido no Chile de Pinochet), pelo outro, a população podia perceber que o terror existia, mesmo que sua autoria fosse propositalmente nebulosa. Conforme a análise do *Centro de Estudios Legales e Sociales* (CELS), prontamente se percebeu que a repressão se utilizava de sistemas paralelos:

La conexión entre un sistema de represión regular y otro paralelo –que opera al margen de las reglas públicas y manifiestas–, se hace también evidente que los casos donde hay varios procedimientos vinculados con el mismo secuestro. Algunos de ellos pueden ser realizados por el aparato regular y otros por el paralelo<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 118.

<sup>30</sup> CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), op. cit., p.7.



Ou seja, significava que as operações eram oficiais e que os mecanismos regulares e públicos do aparelho coercitivo do Estado eram usados concomitantemente e em conexão com as unidades de repressão clandestinas, mas estas últimas tinham primazia e ascendência neste tipo de ação encoberta. A guerra anti-subversiva tinha prioridade. A essa combinação de repressão ilegal operando sob uma estrutura de comando oficial, cumprindo ordens emanadas de chefes militares e políticos que detinham o controle do Estado, se denominou de “paralelismo global”.<sup>31</sup> Durante o período, o governo militar praticou uma política negacionista do genocídio, afirmando cinicamente, por exemplo, que os desaparecidos eram pessoas que tinham se clandestinizado, trocado de identidade, ou então que gozavam de boa saúde no exílio. As desapareções de pessoas, em número ainda hoje discutido, são estimadas em 30.000<sup>32</sup>. Assim, conforme o relatório *Nunca más*,

Houve milhares de mortos. Nenhum dos casos fatais teve sua definição por via judicial ordinária ou militar; nenhum deles foi a derivação de uma sentença. Tecnicamente falando, são homicídios qualificados. Homicídios a respeito dos quais nunca se levou a cabo uma investigação profunda e jamais se soube de sanção alguma aplicada aos responsáveis. Em conclusão, o regime que considerou indispensável alterar nossa tradição jurídica, implantando na legislação a pena capital, nunca a utilizou como tal. Ao invés disso, organizou o crime coletivo, um verdadeiro extermínio massivo, patenteado hoje no mórbido achado de centenas de cadáveres sem nome, e no testemunho dos sobreviventes dando conta dos que morreram em atrozes suplícios<sup>33</sup>.

A principal razão de essas mortes terem sido praticadas de forma clandestina, apesar de existir pena de morte prevista por lei no país, reside no fato de que os militares não quiseram correr o risco de assumir a responsabilidade política no caso de haver execuções públicas de opositores, o que atrairia a atenção e a resoluta condena de governos estrangeiros e organismos internacionais. Para os militares, o modelo clandestino e encoberto garantia impunidade aos seus executores e era mais “prático”: se eliminavam expedientes intermediários da justiça que podiam conceder amparo a vítima e se concentrava indiciamento, julgamento e execução sumária em uma única ação devinda de um único poder do Estado, o poder militar. E, dentro dessa estrutura, todos os integrantes deveriam repartir entre si as responsabilidades (e culpabilidades) das torturas e mortes. Como se fosse um pacto de sangue de uma seita ocultista, os membros das Forças Armadas e de Segurança,

<sup>31</sup> Id., p. 16.

<sup>32</sup> A comissão que em 1984 investigou os desaparecimentos, publicados no célebre relatório *Nunca más*, indicou um número de 9.640 pessoas destacando que poderiam existir muitos casos não denunciados. Os organismos de direitos humanos sustentam a cifra de 30.000 vítimas.

<sup>33</sup> CONADEP. *Nunca Más. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina*. Porto Alegre: L&PM, [s. d.], p. 154.

independente de graus e patentes, deveriam se revezar nas tarefas repressivas e “sujar a mãos” nestas práticas inomináveis. Para as corporações militares, sempre adeptas aos ritos iniciáticos, a “guerra suja” era um autentico batismo de fogo. Místicas e rituais a parte, isso era um modo de garantir a cumplicidade generalizada e a impunidade futura, já que todos teriam participado de uma forma ou outra na estrutura repressiva, com o qual se selava um pacto de silencio abarcando o conjunto de integrantes das Forças empenhadas na luta e na repressão anti-subversiva.

O auge da repressão foi entre 1976 e 1978, decaindo no ano seguinte, todavia permanecendo ativa até 1983, sendo que a esquerda armada já se encontrava praticamente exterminada em meados de 1976. A máquina de extermínio só seria desativada quando da chegada da democracia. É pertinente destacar que estes aspectos da repressão, atroz e genocida, não foi obra de alguns sádicos descontrolados que cometeram excessos isolados: a barbárie foi rigorosamente planificada. A repressão era pautada por uma sistemática, sendo organizada e administrada burocraticamente, além de estrategicamente planejada pela cúpula militar de posse do Estado e taticamente coordenada e executada firmemente pelas Forças Armadas e auxiliares.

Quem eram realmente as vítimas do TDE? A maioria era jovem, entre 15 e 35 anos de idade. Na lógica do regime, os jovens eram aqueles que haviam sido mais permeáveis ao “vírus subversivo”, se tornando uma espécie de “geração perdida”, da qual uma parte foi considerada como irrecuperável e passível de ser exterminada sem maiores expedientes. O conjunto restante da juventude deveria ser disperso: quaisquer organizações que não fossem do regime deveriam ser proibidas, sua sociabilização desencorajada, e os espaços de convívio e articulação dos jovens, especialmente as escolas e a universidade, vigiadas e reprimidas constantemente, para permitir o re-enquadramento e disciplinamento da juventude pelos mecanismos do terror. Lembremos que o discurso totalizante e maniqueísta condenava qualquer possível dissidência como sendo um ato “subversivo”. Portanto, uma greve, um protesto de estudantes, um artigo de jornal, ou uma discussão política podiam levar os seus autores ou participantes à detenção e talvez a morte. Não causa estranheza que os jovens tenham sido um dos principais alvos dos militares. É evidente que entre estas vítimas havia guerrilheiros, mas a principal composição era de militantes políticos, comunitários e sociais, apesar de que qualquer pessoa podia ser uma vítima em potencial e, de fato, houve vítimas por engano. Pilar Calveiro alerta sobre o valor estratégico e funcional dessa face arbitrária da repressão como elemento multiplicador do terror:

Si en los campos solo se hubiera eliminado a la militancia radicalizada hubieran sido igualmente ilegales e ilegítimos, pero hubieran correspondido a una lógica comprensible. Sin embargo, el componente arbitrario, indescifrable para la sociedad, hacía que todo el mundo se sintiera potencialmente amenazado, lo que sin duda potenció el efecto del terror<sup>34</sup>.

O depoimento a seguir exemplifica a afirmação de Calveiro: “(...) podían entrar en tu casa a las “y tantas”, a lo mejor por una denuncia... y bueno, ¡arréglatelas como puedas! Porque ahí te metían preso y no sabías que destino ibas a tener, nada más que por una sospecha. ¡Era una caza de brujas terrible!” (Informação Verbal)<sup>35</sup>..

A fala de Elsa revela justamente a sensação de terror que causava, em primeiro lugar, o imaginar-se uma vítima por engano, seguida pela quase certeza de que, caso isso ocorresse, não haveria a quem recorrer. Para ela, a “caça as bruxas” não é mera figura de linguagem, com o agravante de não saber a quem os “caçadores” identificavam como “bruxas” a ser caçadas. Por outro lado, a ilegalidade do aparato repressivo, a banalização da violência institucional e a “privatização da repressão” por parte de alguns chefes, como o almirante Massera, também permitiu que desafetos pessoais fossem enquadrados na categoria “subversivos”: funcionários do próprio governo, militares descontentes, empresários, etc. Além disso, o modelo de terror argentino ultrapassou fronteiras, como na Operação Condor, em ações de cooperação repressiva ilegal entre as ditaduras civis-militares do Cone Sul.

### **(Sobre) Viver em Ditadura**

Desde o Golpe de 1976, a Argentina viveu o cotidiano como se estivesse sob ocupação militar, com patrulhas armadas sulcando ruas e estradas das cidades e do interior da Argentina. Diariamente, as forças militares e de segurança efetuavam operações de “controle anti-subversivo” nas cidades: surgiam as temíveis “pinças” ou barreiras. A pinça era uma operação policial ou militar de tipo ostensiva que consistia na interdição de uma via pública por um número determinado de tropas, a qualquer hora do dia ou da noite, e procedendo-se a revista corporal e a conferência de documentos de todos aqueles que passavam por ali, fossem a bordo de veículos privados, de transporte público, ou a pé. Dado a habitual brutalidade das “forças da ordem” em cumprir esta tarefa (agressões físicas e verbais, humilhações diversas, abuso de autoridade, etc.) passar por essa experiência significava, geralmente, vivenciar

<sup>34</sup> CALVEIRO, Pilar. La experiencia concentracionaria. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horácio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008, p. 191.

<sup>35</sup> Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

momentos de temor e tensão para qualquer pessoa “comum”. Imagine-se então o terror no caso de uma pessoa envolvida com militância ou já perseguida. Muitos militantes caíram vítimas destas “pinças” e desapareciam para sempre.

Andrea teve sorte. Em março de 1976, ela estava em processo de desligamento do PRT e nos relatou como foi a sua última ação dentro desse grupo, a qual para ser realizada precisava cruzar a cidade de Córdoba, um “território ocupado” pelas pinças do exército. Apesar dos perigos, ela cumpriu com a ordem. Ao que tudo indica, naquele momento, mais do que a fidelidade partidária, pesava na decisão de realizar a tarefa a solidariedade com os companheiros em risco:

Yo tenía que ir a levantar una escuela que yo sabía donde estaba (...) y yo tenía que pasar por cuatro o cinco pinzas y tenía que hacerlo si o si. (...) Bueno, yo fui porque allí estaba una íntima amiga mía con los hijos de ella, que eran chiquitos. Entonces, salí de mi casa y dije: que sea lo que Dios quiera. Llegué a la primera pinza y miran una lista: yo no estaba y me dejaron pasar... Y ahí levanté la escuela y les dije que tenían que salir de ahí en el acto porque había caído un compañero (Informação Verbal)<sup>36</sup>.

Para Bruno, as pinças também eram motivo de temor. Ele se recordou de uma em especial, que teve de passar por uma destas barreiras na companhia de sua filha de apenas cinco anos. O temor residia no fato de que os militares possuíam listas com nomes de pessoas procuradas, nomes que haviam sido obtidos sob tortura aos companheiros presos, mediante a delação ou apreensão de documentos e papéis pessoais, como agendas de telefone, subtraídos nas operações anti-guerrilheiras. Nessa noite, o temor era dobrado, pois Bruno sabia que sua filha também podia se tornar uma vítima inocente do terror:

Era de noche, once o doce de la noche y tropezamos, a la salida de la Capital, la General Paz, con una barrera. Y yo temía esas barreras porque tenían las listas y si mi nombre estaba ahí estaba jodido. Y mi nombre podría estar ahí o no, pero era muy probable que estuviese por los que habían matado a mi alrededor o secuestrado a mi alrededor [...]. No tenía como salir, porque te encajonan y pasaba la barrera y demoraban como dos horas hasta que liberaban toda la pista: no había computadora, por suerte. Hubiéramos muerto muchos más.  
Y entonces, yo le dije a [sua filha]: - Mirá, quedate tranquila...(mirá las contradicciones que uno dice ¿no?). Si me detienen, para que averigüen antecedentes míos, vos salís del auto y te vas al auto de atrás. Y le decís que te cuiden, porque a tu papá lo están llevando. Y después le decís donde vivís, ¿te acordás la casa?  
Y me dice: - Si, si. Pero... ¿y vos?  
- No, de mi no te preocupes que no me va a pasar nada. Entonces, vienen, me piden los documentos, me hacen bajar, me apalpan, revisan el auto y me preguntan quién es esa nena. Mi hija, le digo. A donde está yendo, bueno, las preguntas habituales. Me hacen tirar al piso. Cuando me tiran al piso yo dije: -¡puta!... Revisaron las listas, pero estaban apurados: - ¡Nos tenemos que ir!, gritó un sargento, y me dijo: -

<sup>36</sup> Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

¡váyase! Me subo [ao carro] y [filha] me dice: - Uff, pasamos [risos] (Informação Verbal)<sup>37</sup>.

Também é importante destacar neste depoimento as “instruções” que os pais davam aos filhos para tentar protegê-los, caso ocorresse o pior. Eram pequenas técnicas de sobrevivência, porém, os únicos mecanismos de defesa possíveis frente a um terror de proporção absurda. Naquela situação limite restava a Bruno ter que confiar na solidariedade de terceiros e, diga-se de passagem, desconhecidos, para proteger sua filha, já que quando os agentes do Estado são os próprios algozes, não há mais a quem se recorrer.

Entretanto, a aplicação de métodos coercitivos e violentos por parte do Estado não se destinava exclusivamente a militantes e simpatizantes, como já dissemos. Não era incomum que os militares, de modo arbitrário, recolhessem gente sem nenhum envolvimento político para as delegacias, onde permaneceriam por dois ou três dias para averiguação de antecedentes. De acordo com Pascual, diariamente os caminhões da repressão levavam para a averiguação (...) *desde crianças a caminho da escola até velhos, donas de casa com seus carrinhos de compras, estudantes, operários, funcionários públicos*.<sup>38</sup> Foi o que aconteceu com uma amiga de Mariana, ao que parece, vítima de uma clara demonstração do onímodo poder de algum agente do Estado:

Eu tive uma amiga minha presa, desaparecida... ela ficou três dias presa porque entrou uns milicos no coletivo que ela andava e ela vinha estudando para uma prova do colégio e ela ficou olhando aqui (baixa a cabeça simulando leitura) e ficou com a carteira de identidade na mão e o militar achou que era desacato a autoridade e... (risos) Esse era o tipo de sociedade que a gente vivia. Era uma coisa insana! (Informação Verbal)<sup>39</sup>.

Todavia, é provável que a pior face da repressão cotidiana se desse na constante ameaça de violação da intimidade dos lares. Conforme Pascual, era freqüente que forças militares ocupassem inesperadamente um quarteirão e comesçassem um minucioso operativo de busca, casa a casa. Acontece que a “visita inesperada” dos militares era uma prática que já havia se tornado quase uma nova e desagradável rotina cotidiana; por um lado, sendo “esperada” com apreensão e medo, a qualquer momento, mas, ao mesmo tempo, torcendo para que isso nunca ocorresse. Segundo afirma Caviglia, o que estava ocorrendo era que (...) *la propia casa, el máximo reducto de la familiaridad y la intimidad, se fue volviendo también un espacio prohibido, de los Otros, susceptible de ser allanado, de ser intervenido, de ser*

<sup>37</sup> Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

<sup>38</sup> PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado. A Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 60.

<sup>39</sup> Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

*constantemente vigilado*<sup>40</sup>. Ou seja, se a própria sacralidade do espaço íntimo do lar encontrava-se vulnerável, isso queria dizer que não havia mais um lugar possível de refúgio. Preventivamente, as pessoas procuravam eliminar quaisquer resquícios de elementos que sinalizassem algum pertencimento político e ideológico que pudesse ser interpretado como subversivo pelos militares, tais como livros, panfletos, cartazes, discos. Uma “higiene” ideológica que o próprio governo já se encarregava de fazer publicamente, com as queimas de livros “subversivos” apreendidos a editoras e bibliotecas. Com semelhantes medidas didáticas e disciplinadoras, o governo biblioclasta também sinalizava as pessoas de que modo deveriam proceder. Afinal, como afirmam Pigna e Seoane, (...) *la consigna era “prohibido pensar”*. *Los libros eram también cuerpos a desaparecer*<sup>41</sup>.

Jaime, então um jovem músico, se recorda bem desse processo de eliminação de indícios comprometedores, que também implicava em destruir objetos afetivos que faziam parte da sua identidade: (...) *esa época horrible que se vivía allá, ese pavor todo que vivíamos en mi casa; los “asados” para quemar libros y tapas de discos...* (Informação Verbal)<sup>42</sup> Observe-se que Javier, estrategicamente, queimou as chamativas capas dos *longplays*, mas guardou os discos. Ou seja, guardar discos cujo conteúdo era considerado “subversivo” não deixava de ser uma forma de resistência.

Hilda também passou por essa auto-inquisição pouco antes de vir para o Brasil. Seu marido, ex-militante *montonero*, já havia partido para Porto Alegre. Não era seguro nem prudente levar tais objetos na mudança:

Hubo que quemar toda la biblioteca. (...) Los quemé yo en la “churrasquera”, esta es una escena que mi hija mayor todavía se acuerda. Porque yo decía: “váyanse, quédense durmiendo, yo ya voy”. Y yo bajaba y quemaba libros, revistas y volantes y cosas... (Informação Verbal)<sup>43</sup>

Durante a entrevista, o marido de Hilda interrompe e lhe pergunta: - *¿Y cómo se salvo mi colección completa de las obras de Lenin?* (Informação Verbal)<sup>44</sup> Ao que Hilda respondeu: - *Porque esas estaban, me parece que se las quedó* (sua cunhada) *pero todo lo demás fue quemado*. (Informação Verbal)<sup>45</sup> Não sabemos se essa coleção de “Obras Completas de Lênin” se salvou por sorte, por obra do acaso ou deliberadamente, o fato é que esses livros escaparam da inquisição ideológica anti-subversiva adquirindo um valor

<sup>40</sup> CAVIGLIA, Mariana, op. cit., p.168.

<sup>41</sup> PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de la dictadura: memoria fotográfica inédita a 30 años del terror*. Buenos Aires, Fundación Octubre, 2006, p. 27.

<sup>42</sup> *Asados* é o termo platino para churrasco. Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

<sup>43</sup> Entrevista com H. G. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

<sup>44</sup> Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

<sup>45</sup> Entrevista com H. G. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

simbólico (pelo menos para seu dono) como “vestígio”, como prova de que algumas coisas deveriam sobreviver a essa hecatombe arrasadora. Algo deveria ser resgatado desse passado para haver um futuro.

Paralelamente, a situação de terror também levou a que as pessoas, em determinado ponto, simplesmente deixassem de se indagar, de questionar e, evidentemente, de conversar umas com outras sobre as coisas que estavam acontecendo a sua volta. Porém, dado a incerteza sobre os parâmetros definidos pelo regime para aplicar a violência era mais seguro “não saber”. Nesse sentido, o “não saber” era também uma forma de acatar as diretrizes do regime o qual, ironicamente, tinha entre seus chavões de propaganda um que oportunamente afirmava que (...) *el silencio es salud*. Desse modo, o império do silêncio se instaurou gradativamente no seio das famílias, no ambiente de trabalho, nos locais de estudo, nos espaços de convívio público. Assim, pais advertiam seus filhos sobre o quê falar e, principalmente, com quem falar e se relacionar; vizinhos e amigos passavam a policiar-se mutuamente e autocensurar-se nas rodas de conversas, e assim por diante. O depoimento a seguir é significativo de como funcionou este silenciamento verticalmente imposto pelo Estado, mas também autoimposto pela sociedade.

Carlos, ausente desde 1976, retornara a Argentina em 1986. Para sua surpresa e indignação, descobriu que amigos e conhecidos com quem sua família tinha contato frequente jamais souberam o que havia lhe acontecido até esse momento, já em plena democracia:

Yo volvi en el '86 a la Argentina, porque estaba en Mozambique. Vine un año... y entonces mi madre va y le dice al Cura (padre católico, amigo de Carlos e confesor da familia): - escuchame, (...), quiero pedir una misa de acción de gracias.

- ¿Ah, si?

- Porque va a volver Carlos...

- Pero... ¿Carlos no está muerto?

- no, no...

Es decir, que los diez años que ellos se habían visto practicamente todos los días él jamás se había atrevido a preguntarle si yo estaba muerto, desaparecido, no estaba o si estaba en la casa o donde... Eso para mi fue terrible... (...) Porque mi madre tampoco le comentó nada... (Informação Verbal)<sup>46</sup>.

O comovedor depoimento acima nos permite perceber a profundidade em que medo e o terror haviam se instalado nas pessoas e o conseqüente isolamento vivido por todos: um isolamento desagregador do tecido social. Não obstante ao permanente clima de terror, já despontavam, em 1976-1977, os primeiros núcleos organizados de resistência não armada perante a violência do regime, como o CELS ou a *Asamblea Permanente por los Derechos del Hombre* (APDH). Contudo, foram as Mães da Praça de Maio as que se sobressaíram

<sup>46</sup> Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

atingindo repercussão nacional e internacional. Motivadas inicialmente pela busca de seus familiares desaparecidos, o movimento das mães interpelou constantemente o poder militar, sendo ameaçadas, perseguidas e até vitimadas pela repressão. Na tentativa de restar valor as denúncias das Mães e desqualificá-las perante o público, o governo as rotulou como sendo “*las locas*”. Todavia, as Mães continuaram sem ceder no seu objetivo de tornar públicos os crimes encobertos da ditadura civil-militar, de informar e conscientizar a opinião pública nacional e internacional. Futuramente, as Mães da Praça de Maio se converteriam em um símbolo na busca pela verdade e justiça.

Na década de 1980, a repressão havia diminuído, mas a vida era vivida sem maiores perspectivas devido aos efeitos duradouros do terror e que haviam possibilitado o surgimento de uma sociedade castrada, apática e despolitizada à força. Apesar disso, alguns já buscavam, mesmo que timidamente, reconstruir espaços de socialização perdidos, se reunindo em torno a associações culturais, clubes desportivos ou grupos religiosos, onde obviamente a política estava banida por motivo de segurança mediante um tácito consenso geral. Outros, cansados de respirar a densa atmosfera autoritária, aproveitaram o breve contexto econômico favorável para partir. Foi, de certo modo, o caso de Mariana, que durante uma despreziosa viagem de férias ao Brasil conheceu um jovem militante brasileiro, o qual, futuramente, se tornaria seu marido:

Aí fiquei alguns meses em Buenos Aires, me correspondendo e me falando com este cara que eu tinha conhecido aqui até que nos decidimos... - Bom, qual que é a tua situação na Argentina? Como é que tu estás?

Eu tinha um trabalho, (...) um trabalho certo: era funcionária pública, embora eu ganhasse muitíssimo pouco lá e a situação estava horrorosa (...) a repressão na Universidade era uma coisa muito séria. (...) Estava estudando, estava na Universidad de Buenos Aires fazendo o curso de Assistência Social (...) eles tinham tirado todos os professores concursados, tinham botado gente ligada aos militares. Eu cursei todas as cadeiras de Psicologia no curso de Assistência Social sem estudar Freud, porque era proibido. Fiz Economia sem estudar Marx, fiz Filosofia sem estudar nem Marx nem Engels! Era uma coisa louca, não tinha, aquilo tinha sido apagado do currículo. Então era uma coisa muito capenga, era um horror (...) Então eu digo: - “no”, sabe de uma coisa? Eu me vou embora, vou para o Brasil (Informação Verbal)<sup>47</sup>.

Além do vínculo afetivo surgido entre os dois, a viagem permitiu que Mariana tomasse contato com outra realidade cotidiana o que a levou a comparar diferenças e refletir sobre a sua condição, seu papel social e o seu projeto de vida nessa Argentina asfíxiada e mutilada pela ditadura. Como jovem universitária sentia-se especialmente cerceada em suas liberdades. Lembre-se que para o sistema ditatorial, o binômio juventude-universidade, sempre foi visto como uma combinação de elementos considerada perigosa. Por fim, o

<sup>47</sup> Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.



próprio relacionamento afetivo entre Mariana e o rapaz brasileiro terminou reforçando e validando sua escolha de emigrar definitivamente.

### **Considerações Finais**

Como pode ser aqui observado, a ditadura argentina empregou todos os meios encontrados a sua disposição para eliminar os setores oposicionistas em um amplo espectro e, assim, favorecer a implantação do projeto das elites dominantes nacionais e seus associados estrangeiros. Não estranhamente, a diminuição da ação violenta por parte do Estado, em 1979-1980, veio acompanhada de um processo acelerado de desmantelamento do Estado nacional combinado ao aprofundamento das medidas econômicas liberalizantes. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo foi à proibição da principal central sindical, a CGT, e qualquer tipo de atividade sindical, em especial as greves, que foram reprimidas com especial brutalidade. No conjunto das medidas seminais da nova equipe econômica destacavam-se o congelamento dos salários, que sofreram um decréscimo real de 40% graças à inflação de março e maio de 1976<sup>48</sup>, a liberação do controle dos preços, e a estabilização da moeda. Sob o discurso do enxugamento da “máquina estatal deficitária” deu-se início a uma política de privatizações e, paralelamente, desferiu-se um ataque aos setores da pequena e média burguesia nacional, em função do crescimento das importações de manufaturados, fruto de políticas cambiais e da dolarização da economia.

A imbricação de tais fatores levou a desindustrialização em favorecimento dos grupos monopolistas de capitais transnacionais, sejam eles empresas ou bancos e instituições financeiras de caráter especulativo. Por outro lado, tal processo de reconversão econômica do país favoreceu o latifúndio e o setor agroexportador. Evidentemente, essas medidas possibilitaram o acúmulo e a concentração de renda de uma minoria e, fugazmente, de uma fração da classe média. Porém, nas camadas populares, urbanas e rurais, a redução salarial, a diminuição do poder aquisitivo, o desemprego e a precarização laboral foram os efeitos imediatos e duradouros de tais medidas. Assim, para *los de abajo*, a política econômica significava uma continuação do terror, por outros meios, implícitos: *o terror econômico*. No entanto, essa forma de violência econômica revelou-se tão destrutiva, intensa e duradoura quanto o terror explícito das armas implantado em 1976.

---

<sup>48</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 62.

Por fim, devemos destacar outro legado deixado pela ditadura de 1976: o apagamento da memória. No pós-ditadura, os governos ditos democráticos e as elites tem praticado nas políticas públicas e nos meios de comunicação, o “esquecimento” enquanto uma deliberada política de amnésia ao invés de fomentar a memória. E apagar a memória não representava apenas eliminar vestígios e significados do passado, mas também significa a possibilidade de embargar a construção da História de um modo geral, pois como assevera Phillipe Joutard (...) *Los que no tienen interés en la historización de las memorias son los negadores de las torturas, de las desapariciones y de los genocidios*<sup>49</sup>. E eis aqui o papel social do historiador: a ele cabe se antepor aos que manipulam, desvirtuam ou apagam os traços da memória com o claro objetivo de impedir que esta se torne um importante elemento constituinte da História, mas também é de incumbência do historiador o questionamento, a problematização e a desconstrução dos discursos da memória. Após ter passado pelo crivo analítico do historiador, a memória deve possibilitar a produção de um discurso histórico comprometido com a busca do conhecimento, almejando a maior proximidade com a verdade histórica e objetivando atingir a justiça.

---

<sup>49</sup> JOUTARD, Philippe. *Esas voces que nos llegan del pasado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 10.